

Invasor pobre pede regularização

Moradores de invasão da periferia de Ceilândia protestam contra o governo queimando pneus e bloqueando pista

Marcelo Rocha
Especial para o Correio

Os meninos mal aprenderam a dar os primeiros passos. Semi-nus, brincam com os cacarecos que encontram em meio ao lixo espalhado pelo terreno. Disputam espaço com uma meia dúzia de vira-latas e uns dois cavalos que remexem as tralhas a procura de comida. Está desenhado o cartão postal da invasão da QNP 22, da Ceilândia, próximo à chácara Santa Luzia.

Trata-se de uma invasão que abriga, aproximadamente, 1.000 pessoas. Gente que vive em condições subumanas, amontoada em 150 barracos distribuídos em duas áreas. Uma próxima aos conjuntos residenciais e, outra, entre o córrego que corta a região e a garagem da Viação Alvorada.

Os invasores não estão satisfeitos com esse cenário. Querem mudá-lo. Ontem pela

manhã, foram às ruas reivindicar providência. Duzentas e cinqüenta pessoas organizaram uma passeata na avenida P 3, entre as quadras 14 e 26, para pressionar o Governo do Distrito Federal a legalizar a permanência deles no local. Eles bloquearam a pista com pilhas de pneus.

De faixas e cartazes em punho, os invasores deram início à manifestação por volta das 7h e só terminaram às 9h, quando colocaram fogo nos pneus. Bloquear a pista foi uma decisão estratégica, já que naquela via

transitam vários ônibus e carros na hora de saída para o trabalho. Um desvio foi improvisado pela Polícia Militar. Não houve registro de qualquer ocorrência.

A história da invasão da QNP 22 não é recente. Desde a gestão anterior do governador Joaquim Roriz a situação perdura. Agravou-se, de lá para cá. Inicialmente ocupado por chacareiros, o terreno foi sendo fracionado e, hoje, abriga mais de 150 famílias. Nem todos, porém, estão ali desde o início. Caso do vigilante Abraão Israel da Silva, de 25 anos.

Líder comunitário, Abraão da Silva mora no local há 2 anos, mas acredita que tem direito ao terreno. "Existem pessoas que moram aqui há 20 anos. O GDF não pode dar as costas para nós", reclama. Para ele, o entra-e-sai de governos prejudicou a regularização. Abraão não soube precisar, porém, quantos moradores estão ca-

dastrados no Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab).

A situação é precária. A reportagem do Correio constatou condições de vida subumanas no local. A invasão não conta com qualquer infra-estrutura. Não tem luz, apenas gabiarras. A água usada para beber, cozinhar e para o banho é retirada de poços perfurados sem qualquer critério. Alguns, inclusive, a poucos metros das fossas. A água do córrego também é usada para o mesmo fim. Para agravar ainda mais, vários carrocei-

Carlos Moura



Moradores da invasão, próxima à chácara Santa Luzia, protestam contra falta de infra-estrutura ateando fogo a pneus na QNP 14

ros da Ceilândia despejam lixo.

DOENÇAS

Essas condições oferecem grande risco aos moradores, em sua maioria crianças e mulheres, algumas gestantes. O perigo de doenças é alto, porque as carcaças de ratos e cachorros mortos são dispensadas ali mesmo. "Moço, aqui está insuportável", reclama Maria Eneide Pereira Costa. Dona de casa, solteira, mãe de duas crianças, ela está na invasão há cinco anos. "Quando chove, eu

fico ilhada e não consigo sair para comprar remédio."

Fora o risco de contrair doenças, os moradores reclamam de outro perigo. A pista que corta a invasão não tem qualquer Lombada e não são raros os atropelamentos. "Os ônibus e caminhões que transitam no local põem em risco a comunidade. Eles cruzam essa pista em alta velocidade", reclama Maria Costa.

O administrador da Ceilândia, Eduardo Gomes, é taxativo em relação à reivindicação: "é irregular", condena. Ele aconse-

lha que os moradores do local procurarem o Idhab para se cadastrar. Segundo ele, o tratamento será o mesmo dispensado aos demais habitantes do Distrito Federal. O presidente do Idhab, João Carlos Medeiros,

faz coro: "vamos atuar conforme a política habitacional do GDF. Não vamos beneficiá-los em detrimento dos outros."

Outro problema do local é o solo. Segundo o administrador de Ceilândia, a área reivindicada sofre sérios riscos de erosão. São vários lençóis freáticos que pas-

sam por baixo da invasão, além do córrego que corta a chácara Santa Luzia.

Os manifestantes discordam. Apontam para uma garagem da Viação Alvorada construída nas proximidades. "Por que não houve restrição à ocupação do terreno por parte da empresa de ônibus?", indaga Abraão. Se a situação não se alterar nos próximos dias, os manifestantes não têm dúvida. Prometem uma nova passeata para a semana que vem, com um número maior de pessoas.